



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório e Parecer

Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI, relativo ao Plano Anual Regional para 2018, e Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018.

15 de novembro de 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO 102/13/XI	
Entrada 3512	Proc. n.º 102
Data: 017/11/20	N.º 14/XI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 13/XI, RELATIVO AO PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2018, E DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 14/XI, RELATIVO AO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2018.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de novembro de 2018, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do governo Regional com competência em matérias da competência da Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI, relativo ao Plano Anual Regional para o ano 2018, e Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI, relativo ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018.

As supramencionadas Propostas foram enviadas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho no dia 31 de outubro, com data limite de emissão de parecer sectorial e envio à Comissão de Economia até dia 15 de novembro de 2018.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas do Governo Regional fundamentam-se no disposto nas alíneas *h*) e *i*) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *p*) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas *b*) e *c*) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela citada Lei n.º 2/2009.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público, e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional da Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, a matéria em apreço é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III
APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a apreciação e emissão parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano económico de 2018, nas seguintes matérias:

- Trabalho e Formação Profissional;
- Comunicação Social;
- Ordenamento do Território;
- Ambiente.

Assim, no que se refere ao Plano, a análise da Comissão abrange o Projeto 1.3 “Emprego e Qualificação Profissional” do Programa 1 - Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa -, os Projetos 11.1 “Qualidade Ambiental” e 11.4 “Ordenamento do território” do Programa 11 - Ambiente e Energia -, o Programa 13 - Assuntos do Mar - e o Projeto 15.1 “Apoio aos Media” do Programa 15 - Informação e Comunicação.

A apreciação das propostas foi acompanhada da audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

a) Audição do Vice-Presidente do Governo Regional

O **Vice-Presidente do Governo Regional** iniciou a sua intervenção referindo que é difícil circunscrever a área do Trabalho relativamente à do Emprego - que não é matéria da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho -, sendo que o Trabalho não tem uma expressão prática em termos orçamentais mas sim ao nível da estratégia global. Referiu que uma vez que é de abordagem difícil pelo atrás referido fica ao dispor para esclarecimentos.

O Presidente da Comissão, deputado **Francisco Coelho**, interveio para solicitar ao Vice-Presidente que fizesse um balanço sobre o que tem sido a intervenção da Inspeção Regional do Trabalho.

O Vice-Presidente respondeu referindo que no ano 2017 houve um aumento da intervenção daquela inspeção e que se pretende que continue no ano de 2018.

b) Audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

O **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** iniciou a sua apresentação referindo que a proposta de Plano para o ano 2018 para o mar e zonas costeiras pretende responder aos princípios definidos no Programa do XII Governo Regional dos Açores e contribuir para a afirmação dos assuntos do mar como uma área de desenvolvimento e progresso da sociedade Açoriana. Que o Plano cobre duas grandes áreas de governança: a gestão costeira e marinha integrada, com implicações diretas na resposta aos riscos associados às alterações climáticas e ao ordenamento do espaço costeiro e marítimo; e a política do mar e conservação da biodiversidade marinha, afirmando a importância estratégica do mar para a Região, como motor do progresso e desenvolvimento socioeconómico ambientalmente sustentável.

Referiu que pela sua transversalidade, é fundamental que as políticas relacionadas com o mar tenham uma perspetiva integrada, respondendo também aos instrumentos estratégicos setoriais, relacionados com a pesca, com a ciência e tecnologia, alterações



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

climáticas e conservação da natureza, turismo costeiro, em especial náutico e marítimo, entre outros aspetos do desenvolvimento de uma 'sociedade azul'.

Mencionou que o Governo dos Açores continuará a articular a sua política para o mar com as instâncias nacionais e europeias competentes, no quadro da Estratégia Nacional para o Mar e da Política Marítima Integrada. Que continuará a diligenciar esforços junto do Governo da República para afirmar as competências intrínsecas ao processo autonómico, em matéria de ordenamento e gestão dos recursos e dos ecossistemas marinhos, no território marítimo da Região, tal como consagradas na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA).

No que concerne à gestão das zonas costeiras aludiu que o Plano de 2018 permitirá continuar a investir, de forma expressiva, em intervenções de proteção, valorização e estabilização costeira, em áreas consideradas prioritárias, afetadas por fenómenos de erosão, resultado da dinâmica geológica, da ocupação antrópica e das alterações climáticas, que colocam em risco pessoas e bens.

Informou que as ações incluídas no Plano permitirão principalmente finalizar empreitadas iniciadas e compromissos assumidos e preparar projetos e procedimentos durante o período de vigência do mesmo. Que permite também prosseguir à requalificação de portinhos e de zonas balneares, em estreita parceria com as autarquias e outras entidades interessadas. Que continuarão com o trabalho de identificação, avaliação e monitorização de zonas costeiras instáveis, em parceria com o Laboratório Regional de Engenharia Civil e com a Direção Regional do Ambiente. Que o Governo irá prosseguir também com o mapeamento das infraestruturas e com a caracterização das atividades humanas que ocorrem nas zonas costeiras. Que contempla, ainda, verbas para responder a necessidades de intervenção imprevisíveis decorrentes de intempéries e de outras situações extraordinárias.

Ainda no âmbito da gestão das zonas costeiras, continuará o trabalho de monitorizar a qualidade das águas balneares, e de coordenar e apoiar a ação das entidades gestoras de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

zonas balneares em todas as ilhas, assim como a comunicação com as entidades nacionais competentes na matéria, em especial relacionadas com a Bandeira Azul da Europa.

Relativamente ao projeto monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, informou que irá ter início a segunda fase do Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA II) para responder aos desafios decorrentes da política ambiental marinha regional e, concomitantemente, às obrigações decorrentes da implementação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) e das Diretivas Aves e Habitats da Rede Natura 2000. Para esta ação, referiu contribuirão também os projetos europeus (Interreg MAC, entre outros instrumentos financeiros comunitários) já aprovados (PLASMAR, MARCET, LUMIAVES e MISTC Seas II), que envolvem a coordenação com outras entidades públicas e privadas da Madeira e das Canárias, no contexto da sub-região da Macaronésia e das Regiões Ultraperiféricas da Europa.

Referiu que um novo projeto Europeu, também envolvendo os 3 arquipélagos, MarSP, irá permitir continuar o processo de implementação do sistema de ordenamento do espaço marítimo dos Açores, de forma inclusiva, e num quadro de gestão dinâmica, promovendo a participação pública de todos os interessados e utilizadores do mar.

Disse que as atividades de promoção da literacia do oceano, em especial as iniciativas anuais SOS Cagarro e Açores Entre-Mares, a cooperação institucional, aos níveis regional, nacional e internacional em áreas consideradas estratégicas, e a organização e participação em reuniões e fóruns relacionados com a governação dos oceanos são, também, assuntos considerados no Plano.

Referenciou a cooperação com as estruturas operacionais dos Parques Naturais de Ilha é fundamental para a valorização e a gestão da sua componente marinha e marítima, potenciando as atividades económicas não extrativas que se desenvolvem em áreas marinhas classificadas, no litoral das ilhas (i.e. atividades lúdicas e marítimo-turísticas; investigação, etc.), bem como para promover iniciativas de sensibilização e educação ambiental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Finalmente, referiu que a Escola do Mar dos Açores terá em 2018 a sua fase final de infraestruturação, permitindo iniciar o processo de formação profissional no sector das atividades marítimas e que este investimento terá um papel fundamental no investimento previsto para 2018.

De seguida interveio para pedidos de esclarecimento, o deputado **Luís Garcia (PSD)** que colocou várias questões ao SRMCT, nomeadamente: se está previsto, por parte do Governo, continuar a colocar os ficheiros no *site* Estratégia Nacional para o mar; se há zonas costeiras a serem monitorizadas, particularmente a da Lajinha, na ilha do Faial e qual o ponto da situação; se, uma vez que o Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores – PEAMA estava previsto ficar concluído em 2017, que consta no Plano 2018 é referente a uma segunda fase; se o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo está concluído e se se pode ter acesso ao mesmo; se a Escola do Mar estará concluída e em funcionamento no próximo ano, que cursos serão lá ministrados e quem é o responsável pela escola.

A deputada **Zuraida Soares (BE)** questionou o SRMCT sobre o ponto da situação da negociação do Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade piscatória.

O deputado **Jaime Vieira (PSD)** questionou sobre o início da obra da orla costeira de Rabo de Peixe e se estão previstas outras intervenções na orla costeira da zona norte da ilha de São Miguel, nomeadamente na zona da freguesia de Calhetas, do Concelho da Ribeira Grande.

O SRMCT tomou da palavra para responder às questões apresentadas dizendo que quanto aos ficheiros integrados no *site* da Estratégia Nacional para o Mar já há muitos concluídos outros ainda não, no entanto a sua integração está para breve. Referiu dever-se ao facto de a Estratégia Regional para o Mar envolver muitas áreas. Quanto às orlas costeiras disse derem uma preocupação constante da SRMCT, que tem acompanhado a situação em conjunto com o LREC. Quanto à zona da Lajinha disse estar a ser monitorizada mas informou que a verba do Eixo do PO para esta matéria está esgotada e tem de se recorrer ao Plano Regional para essas situações e que a prioridade tem sido a proteção de pessoas e bens. Quanto ao PEAMA informou que se refere a uma segunda fase uma vez que está a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

ser cientificamente estudado para se poderem tomar todas medidas.

Quanto ao Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo referiu estar a ser desenvolvido e que está quase em fase de conclusão, ficando disponível logo que concluído.

Quanto à Escola do Mar informou que ficará concluída em 2018, que quem a coordena é a Direção Regional dos Assuntos do Mar. Informou também que a Universidade dos Açores é parceira da Escola, bem como a Escola Náutica e a Câmara municipal da Horta. No entanto, a Escola está ainda a aguardar a resposta, quanto às parcerias, do Ministério da Ciência, que é quem tutela a Universidade dos Açores e a Escola Náutica. Informou ainda que o programa formação de operadores marítimos será um dos primeiros a ser ministrado. O SRMCT, relativamente à questão apresentada pela deputada Zuraída Soares, informou que o Governo Regional sobre o processo negocial do Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade piscatória tem sido um “facilitador” e não um negociador direto. Tem acompanhado o processo de negociação que decorre entre a Federação das Pescas e os Sindicatos do Setor, no sentido de assegurar que o enquadramento legal seja cumprido, e que o Governo disponibilizou um Jurista para acompanhar o processo. Informou também que têm sido promovidas ações de esclarecimento e debate junto comunidade piscatória em todas as ilhas com a participação da Federação das Pescas, dos Sindicatos, dos Pescadores e da Direção Regional. Referiu que no momento já há um esboço de Contrato Coletivo que está a ser analisado pelos Sindicatos.

Quanto às questões apresentadas pelo deputado **Jaime Vieira** informou que a obra da orla marítima de Rabo de Peixe vai iniciar-se no ano 2018, mas que durante o Inverno serão só feitos os trabalhos na parte terrestre da orla, por questões óbvias, que têm a ver com as condições climatéricas próprias do Inverno. A parte dos trabalhos na zona marítima será feita no Verão. Quanto à orla marítima das Calhetas, do Concelho da Ribeira Grande, a informação existente neste momento é que não há perigo eminente, no entanto o Governo está a acompanhar, sendo que a prioridade é a segurança de pessoas e bens.

O deputado **Paulo Parece (PSD)** interveio questionando sobre o andamento dos trabalhos que estão a ser feitos na orla costeira da ilha de Santa Maria, nomeadamente no lugar da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Maia, se a movimentação de “massas” está a ser monitorizada e, considerando que a estrada de acesso, devido às obras, ficou em mau estado, se o Governo pensa intervir naquela estrada.

O deputado **José Contente (PS)** questionou o SRMCT se em caso de avaliações feitas pelo LREC se tiver que proceder a realojamentos de pessoas para locais mais seguros a Secretaria Regional terá essa avaliação em consideração.

O deputado Rui **Martins (CDS)** interveio perguntando se relativamente à Escola do Mar estava previsto cursos para operadores turísticos e também para pescadores, como inicialmente previsto e se a equivalência dos cursos ministrados seria de nível IV ou V. Questionou também sobre o andamento do projeto de aquacultura previsto em 2017 e não concretizado.

O SRMCT tomou da palavra para responder às questões apresentadas. Quanto às questões expostas pelo deputado Paulo Parece disse que a obra do porto da Maia encontra-se parada devido ao facto de no Verão uma obra daquele tipo levantar muita poeira e, para não prejudicar a época balnear, decidiu-se interromper a mesma, no entanto continua parada por, em Santa Maria, neste momento, não haver pedra para terminar a obra, mas que a mesma será concluída no ano 2018. Quanto à monitorização das “massas” está a ser devidamente acompanhada. Relativamente à estrada disse que a sua pavimentação será repostada quando terminarem as obras.

Relativamente à questão do deputado Jose Contente informou que no passado existiram realojamento que advieram de avaliações considerados pelo LREC e que continuarão a ser efetuados sempre que a situação assim o ditar.

Quanto às questões do deputado Rui Martins informou que na Escola do Mar serão ministrados cursos certificados para as atividades marítimas, quer os de operadores turísticos, quer os de pescador. Quanto ao nível do curso para operadores de atividades marítimas atualmente são de nível quarto e continuarão a ser. Informou que formação para pescadores continuará a ser descentralizada e em contexto de trabalho. Mas que no caso dos cursos de maior complexidade, de que é exemplo o curso de Mestre, serão ministrados uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

parte na escola outra em contexto de trabalho. Relativamente à Aquacultura realmente havia uma verba no Plano de 2017 que lhe era destinada e que no Plano de 2018 não consta, explicou que se deve ao facto de ainda não haver uma decisão sobre a sua localização e que se encontram em negociações com a COFACO para a sua instalação na antiga fábrica daquela empresa.

c) Audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo

A criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, no âmbito da presente XII legislatura, é fruto de uma reflexão cuidada e da preocupação do Governo dos Açores em potenciar o crescimento económico do arquipélago, salvaguardando o vasto património ambiental.

Quanto à proposta de Plano para 2018 para os setores da Energia, Ambiente e Turismo a mesma mostra a preocupação do Governo dos Açores em potenciar o crescimento económico da Região através da atividade turística, ao mesmo tempo que, apresenta uma oferta ambiental impar, aliada à sustentabilidade energética - estratégia bem presente nesta anteposta do Plano Anual de 2018.

No que diz respeito a matérias ambientais, referiu que o Plano de 2018 vem reforçar a aposta do Governo dos Açores nesta área de governação, garantindo, assim, que este e outros pilares da sustentabilidade, a económica e a social, se encontram concertados e enformam o desenvolvimento da Região.

Neste sentido, o Plano enfoca o investimento de cerca de 20M€ dirigidos ao Ambiente, prosseguindo uma política ambiental que resulta de uma estratégia empreendida há mais de uma década, bem como do trabalho entretanto desenvolvido, que dotou a Região dos instrumentos e estruturas necessários para encarar os novos desafios que atualmente são colocados, particularmente ao nível da qualidade ambiental, da conservação da natureza, dos recursos hídricos e do ordenamento do território.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Disse que os projetos concluídos recentemente ou em execução são exemplos de investimentos integrados numa política ambiental que tem sabido aplicar de forma cuidada e integrada os fundos comunitários que tem disponíveis.

Destacou projetos como a requalificação da rede hidrográfica com cerca de 10M€, gestão de resíduos (entre selagens de aterros e equipamentos para centros de processamento) com cerca de 6M€, e, ainda, o desenvolvimento e a promoção dos Centros Ambientais, com cerca de 3M€.

Referenciou que a qualidade ambiental continua a ser uma aposta estratégica do governo, com particular incidência nos resíduos, através do cumprimento das metas delineadas no Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, mas também uma aposta continuada na prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos e na diminuição dos impactos ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida e na sua valorização.

Referenciou também que a rede de monitorização da qualidade do ar dos Açores, disponibilizando online os dados das respetivas estações, e a monitorização regular e a atualização anual das cartas de risco de infestação por térmitas da madeira seca e com os projetos de eliminação e controlo das térmitas subterrâneas, merecem uma particular ênfase.

Considerou que as alterações climáticas são um dos maiores desafios com que a Humanidade se depara no século XXI, com efeitos especialmente gravosos nos territórios e nas comunidades um pouco por todo o mundo. Aludiu que os Açores identificaram esta temática como um dos principais desafios para o seu desenvolvimento e têm vindo a trabalhar na definição de uma política que lhe permita encarar seriamente os desafios e as oportunidades que advêm deste fenómeno.

Informou que nesta sequência, como forma de operacionalizar a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, o Governo Regional determinou a elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas, plano que terá o início de implementação em 2018.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Disse que entre os principais recursos do arquipélago, que alavancam o seu desenvolvimento económico, estão a natureza, a bio e a geodiversidade, cuja combinação harmoniosa resulta numa paisagem verdadeiramente impar que importa salvaguardar e potenciar. Assim, a aposta nestas áreas terá continuidade em 2018, através da implementação dos planos de gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera, bem como da prossecução e incrementação de ações de recuperação de espécies e habitats, para além da conclusão e promoção da Rede Regional de Centros Ambientais. Referiu que outra das áreas que tem merecido especial atenção, desde há muito tempo, é a dos recursos hídricos, onde o Governo prosseguirá com a sua monitorização qualitativa e quantitativa e atuaremos sobre a origem dos nutrientes que afluem às massas de água das lagoas e desenvolverá técnicas de combate ao processo de eutrofização, enquanto massas de água que possuem ecossistemas particularmente sensíveis, reservas de água e marcantes elementos paisagísticos.

Referenciou também que o Governo irá continuar a monitorizar regularmente e executar a manutenção da rede hidrográfica, promovendo intervenções de renaturalização e reperfilamento das linhas de água e de controlo ou retenção de caudais, com vista à segurança de pessoas e bens. Que dará continuidade a um adequado planeamento e mecanismos de intervenção ao nível do território, que passam pelo desenvolvimento de sistemas de monitorização e alerta de riscos naturais, através da atualização da Carta de Ocupação do Solo e o arranque do processo de elaboração do Cadastro Predial das Áreas Sensíveis.

De seguida interveio a deputada **Catarina Chamacame Furtado (PSD)** que apresentou várias questões, nomeadamente sobre: o que tem sido feito na Região quanto à prevenção de resíduos; o que se fez no último ano quanto a ações de combate a plantas invasoras; o que está previsto quanto às instalações Centros de Processamento de Resíduos; a operacionalização da “linha” relativa à ação 11.1.11 (SOS Ambiente) e para quando a sua implementação. Ainda relativamente aquela ação se, com a operacionalização da linha, não haverá necessidade de um aumento do número de vigilantes da natureza; o que foi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

feito quanto à ação 11.2.2 (Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e Reserva da Biosfera) uma vez que esta ação já constava do Plano de 2017, e para quando a sua conclusão; quem está a desenvolver a medida da ação 11.2.4 (Gestão e Recuperação de Espécies e habitats Prioritários); qual o cronograma previsto e quem está a implementar a ação 11.2.19 (Cartas de desporto na Natureza); por fim se os 61 hectares previstos na ação 11.3.7 (Florestação na bacia hidrográfica da lagoa das Furnas) são os mesmos do ano anterior e se sim porquê o acréscimo de valor.

A **SREAT** tomou da palavra para responder dizendo que no que concerne à prevenção de resíduos o Governo investiu nas sete ilhas de menor dimensão, com diversas ações, que foram feitas quer pelos municípios, quer pelo próprio Governo. Quanto ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido de combate às plantas invasoras o mesmo tem sido feito em diversas ilhas, em parceria com as autarquias. Ainda não foi possível a sua erradicação total. Quanto às instalações e equipamentos dos centros de processamento de resíduos o que está previsto em 2018 é a aquisição de duas enfardadoras (enfardamento em rolo) para mais facilmente serem transportados para a ilha Terceira. Quanto à linha SOS Ambiente vai ser gerida através dos Bombeiros da Madalena do Pico, ficando em princípio, no próximo mês de janeiro operacional, informou também que, não obstante o previsto, já existe em funcionamento o *site* “na minha ilha” para dar resposta às questões. Relativamente ao aumento do número de vigilantes da natureza não será necessário uma vez que em 2017 houve um aumento de cerca de trinta vigilantes para quarenta vigilantes. Quanto aos Planos de gestão dos parques naturais da biosfera os mesmos deverão ficar concluídos durante o ano de 2018. Quanto há entidade que fará a gestão e recuperação de espécies e habitats prioritários será a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo através da Direção Regional do Ambiente. Quanto às cartas de desporto na natureza são da responsabilidade da Direção Regional do Ambiente que está a preparar as candidaturas, bem como o seu cronograma. Finalmente quanto à florestação de 61 hectares na bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas, utilizando exclusivamente espécies endémicas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

corresponde a 250 mil pés de árvores. Será efetuado no prazo de 18 a 24 meses, o valor de 2017 corresponde ao início. Informou que neste momento já se iniciaram os trabalhos.

O deputado **Rui Martins** questionou a SREAT sobre o prazo de resposta para as pessoas que utilizam a funcionalidade o *site* “na minha ilha”.

A SREAT respondeu dizendo que no momento não disponha da informação, mas que tem conhecimento que o *site* é bastante utilizado e contém muita informação e de que existem estatística de que as questões são reportadas.

d) Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

O SRAPAP iniciou a sua intervenção referindo o Plano Anual para o Ano 2018 prevê no Programa 15 – Informação e Comunicação – apoio à Comunicação Social privada. Informou que neste momento as candidaturas ao PROMEDIA já estão encerradas e que a Comissão de Acompanhamento reunirá brevemente. Informou ainda que o Jornalista José Gabriel Ávila é quem preside à Comissão.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* deu o seu parecer favorável atendendo à análise dos documentos apresentados, assim como das audições dos membros do Governo Regional se depreender permitirem os mesmos a prossecução dos objetivos traçados no Programa do Governo e nos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista.

Os *Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do BE* abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou:

1. Com o voto favorável do Partido Socialista quanto à iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, do CDS-PP e do BE , emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Plano Anual Regional para 2018, nas áreas de competência da Comissão.
2. Com o voto favorável do Partido Socialista quanto à iniciativa e as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, do CDS-PP e do BE, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Orçamento para o ano de 2018, nas áreas de competência da Comissão.

O presente relatório setorial vai ser remetido à Comissão de Economia.

Ponta Delgada, 15 de novembro de 2017

A Relatora

Maria da Graça Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Francisco Coelho